



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

| | |
|--|---|
| COMARCA: ANAJÁS EDITAL Nº 01/2016-CJCI PERÍODO: 09 A 13/05/2016 Juiz Corregedor: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE | NO. PROCESSO: 2016.7.002041-6 SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR Data Cadastro: 04/07/2016 CLASSE: CORREICAO - ORDINARIA |
| 1. INFORMAÇÕES GERAIS | |
| 1.1 UNIDADE JUDICIAL: VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS | |
| 1.2 COMPETÊNCIA: Vara Única | |
| 1.3 MAGISTRADO (A): Adriano Farias Fernandes | |
| 1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular | |
| 1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 19/01/2015 | |
| 2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA | |
| 2.1 ENDEREÇO: AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 19, BAIRRO CENTRO – CEP 68.810-000, ANAJÁS-PA | |
| 2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: imóvel próprio, doado pela Prefeitura Municipal de Anajás, através da Lei nº 125/08, de 02/05/2008, conforme documentação anexa. Há um terreno doado pela Prefeitura, através do Edital nº 182/2014, também em anexo. | |
| 2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Gabinete de juiz, Secretaria Judicial, Sala de Audiências e banheiro, duas Salas de Arquivo, banheiro, Copa, Sala Oficial de Justiça e depósito, Promotoria de Justiça. | |
| 2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares (x) Ruins Justificar: O prédio do Fórum se apresenta em péssimas condições, necessitando de reforma urgente ou construção do novo Fórum no terreno doado pela Prefeitura Municipal de Anajás. | |
| 2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Realizada diariamente pelos funcionários cedidos pela Prefeitura. | |
| 2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar: Em sua grande maioria. | |
| 2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular (x) Ruim Justificar: Dispõe apenas de alarme, mas não dispõe de guardas judiciários, vigilantes, cerca elétrica, nem detectores de metal ou porta eletrônica. | |
| 2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular (x) Ruim Justificar: O Fórum localiza-se no centro da cidade e tem rampa de acesso a portador de necessidades especiais apenas na entrada até o pátio. Os corredores são estreitos e não há acessibilidade à sala de audiências. | |
| 2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Não há. | |
| 3. MAGISTRADOS | |
| 3.1 MAGISTRADO ATUAL –PERÍODO DE EXERCÍCIO: Adriano Farias Fernandes, desde 19/01/2015 | |
| 3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: David Guilherme de Paiva Albano – 01 a 30/10/2015. | |
| 3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias - outubro/2015 | |
| 3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Juiz eleitoral da 90ª Zona Eleitoral | |
| 3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Mutirões de réu preso, violência doméstica e semana da conciliação | |
| 3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Nunca houve. | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS

| 3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS: | | |
|---|----------------|---------------|
| JUIZ | ENTRADA | SAÍDA |
| 01. David Guilherme de Paiva Albano | 01/10/2015 | 30/10/2015 |
| 02. Arnaldo José Pedrosa Gomes | 24/11/2014 | 31/12/2014 |
| 03. Vanessa Ramos Couto | 03/11/2014 | 07/11/2014 |
| 04. Jose Leonardo Pessoa Valença | Não Informado | 21/11/2014 |
| 05. César Leandro Pinto Machado | 03/07/2013 | Não Informado |
| 06. Amarildo JoseMazuti | 06/03/2013 | 28/03/2013 |
| 07. Carla Sodré da Mota Dessimoni | 29/03/2013 | 05/04/2013 |
| 4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores) | | |
| 4.1 GABINETE: | | |
| Nome: Dionísio de Souza Gomes Cargo: Assessor de Juiz Ato de nomeação: Portaria nº 622/2016-GP. | | |
| Nome: Luís Freitas Fernandes Cargo: Chefe da Unaj local/Auxiliar de Gabinete Ato de nomeação: Portaria 0900/2014-GP | | |
| 4.2 SECRETARIA: | | |
| Nome: Jose Afonso Silva Santos Cargo: Auxiliar de Secretaria de 1ª entrância (função diretor de Secretaria) Ato de nomeação: Portaria nº 1284/2006-GP | | |
| Nome: Wando Willer Da Silva Teixeira Cargo: Analista judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 4136/2013-GP | | |
| Nome: Gerffson Freitas Dias Cargo: auxiliar de secretaria (cedido da prefeitura Municipal de Anajás) Ato de nomeação: Of-019/2011/PMA | | |
| Nome: Rafael de Souza Paixão Cargo: estagiário | | |
| 4.3. OUTROS SETORES: | | |
| Nome: Arnaldo Jose Borges de Menezes Cargo: oficial de justiça (cedido da Prefeitura Municipal de Anajás) Ato de nomeação: Portaria nº 095/2008-PMA | | |
| Nome: Celes Wanzeler Lobato Cargo: auxiliar de Serviços Gerais (cedida da Prefeitura Municipal de Anajás) Ato de nomeação: Portaria nº 181/2007-PMA | | |
| Nome: Ana Ruth Sousa da Silva Cargo: auxiliar de Serviços Gerais (cedida da Prefeitura Municipal de Anajás) Ato de nomeação: Portaria 168/2013-PMA | | |
| 5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA | | |
| 5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: | | |
| O Promotor de Justiça Titular da Comarca de Anajás Dr. Suldblano Oliveira Gomes se encontra respondendo pela Promotoria de Anajás desde o dia 13/07/2015 comparecendo à Comarca todas as semanas. | | |
| 5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Promotor de Justiça Titular da Comarca de Anajás | | |



| |
|---|
| 5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Com a atividade Eleitoral. |
| 5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não há Defensor Público respondendo pela Comarca desde o ano de 2013. |
| 5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Prejudicado |
| 5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Prejudicado |
| 6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL |
| 6.1 VEÍCULOS |
| 6.1.1 FROTA: 01 LANCHA TIPO VOADEIRA, 02 MOTOCICLETAS HONDA e 01 bicicleta. |
| 6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim (x) Não Justificar: A voadeira é pequena e o oficial de justiça se expõe muito às intempéries. |
| 6.2 INFORMÁTICA: |
| 6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom () Regular (x) Ruim Justificar: Por vezes a conexão fica lenta dificultando a produção de documentos e consultas de processos, o que ocasiona atraso no serviço. |
| 6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Promotoria de justiça: 03 Secretaria judicial: 05 Gabinete: 02 Sala de audiência: 02 Sala do oficial de justiça: 01 Tal quantidade é considerada suficiente? Sim, supre as necessidades até o presente momento. |
| 6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA |
| 6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? O Diretor de secretaria (Jose Afonso Silva Santos) verifica, assim como o auxiliar do juiz (Luís Freitas Fernandes), diariamente. |
| 7. SECRETARIA JUDICIAL |
| 7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (x) Bom () Regular () Ruim |
| 7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não |
| 7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não |
| 7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (x) Sim () Não |
| 7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (x) Sim () Não Justificar: O sistema LIBRA vive sendo atualizado com novas funções, sendo que um curso EAD ajudaria. |
| 7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? () Sim (x) Não Justificar: o cadastramento é feito pelo Gabinete e a secretaria acompanha. |
| 7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (x) Sim () Não Justificar: Há 47 (quarenta e sete) processos a serem arquivados até esta data neste mês. O arquivamento é feito mensalmente, tendo sido recomendado que se faça imediatamente. |
| 7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Sim, servidor |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS

Wando Willer e diretor de secretaria (Jose Afonso Silva Santos), semanalmente, tendo em vista outras prioridades.

8 QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2014: 1.986

Sentença: 369

Despacho: 791

Decisão Interlocutória: 345

Audiências:

- Marcadas: 28
- Realizadas: 334
- Remarcadas: 112
- Não realizadas: 06
- Total: 480

Tribunal do Júri:

- Marcados: 01
- Realizados: 01
- Remarcados: 00
- Não realizados: 00
- Total: 01

TOTAL GERAL 2015: 2.292

Sentença: 318

Despacho: 851

Decisão interlocutória: 587

Audiências:

- Marcadas: 11
- Realizadas: 350
- Remarcadas: 169
- Não realizadas: 06
- Total: 536

Tribunal do Júri: 00

TOTAL GERAL 2016 (ATÉ 29/04): 808

Sentença: 133

Despacho: 271

Decisão interlocutória: 155

Audiências:

- Marcadas: 11
- Realizadas: 161
- Remarcadas: 72
- Não realizadas: 05
- Total: 249

Tribunal do Júri: 01. Foi realizado em 19/11/2015, conforme sentença em anexo. Júri não cadastrado no LIBRA, ocasião em que foi orientado a proceder o imediato cadastramento.

| 8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA | QUANTIDADE |
|---|-------------------|
| CÍVEIS | |
| CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012) | 74 |
| CÍVEIS – META 4/2016-CNJ -IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013 | 08 |
| AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL | 65 |
| CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013) | 02 |
| AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE METAS | 00 |



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS



| | |
|---|-------------|
| RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95) | 00 |
| CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS) | 685 |
| CRIMINAIS | |
| PENAIIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012) | 72 |
| PENAIIS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013 | 05 |
| VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER | 49 |
| PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI | 28 |
| TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS) | 95 |
| EXECUÇÃO PENAL | 37 |
| PENAIIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS) | 207 |
| INFÂNCIA E JUVENTUDE | |
| ATO INFRAACIONAL | 85 |
| SITUAÇÃO DE RISCO | 00 |
| TUTELA | 05 |
| GUARDA | 21 |
| ADOÇÃO | 13 |
| EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS | 4 |
| CARTAS PRECATÓRIAS | |
| PRECATÓRIAS CÍVEIS | 57 |
| PRECATÓRIAS CRIMINAIS | 26 |
| PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE | 1 |
| TOTAL – QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA | 1639 |
| Feitos com Tramitação Externa | 100 |
| Contagem Física - Tramitação externa | 1639 |
| ACERVO ATIVO LIBRA | 1632 |
| ACERVO TOTAL LIBRA | 1817 |

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(x) Sim () Não

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

| ANO | AÇÕES DISTRIBUÍDAS | AÇÕES JULGADAS |
|------|--------------------|----------------|
| 2013 | 320 | 246 |
| 2014 | 462 | 352 |
| 2015 | 393 | 328 |

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(x) Sim () Não

Justificar:

Tarja vermelha: Réus presos

Tarja verde: Infância e Juventude

Tarja Laranja: Violência doméstica

Tarja amarela: Execução Penal

Etiqueta com a expressão "Idoso-Prioridade".

OBS: A identificação dos processos é prejudicada pela localização delas, pois são afixadas no rosto da capa e não na lateral, de forma que quando estão empilhados não é possível identificá-los;

- Nem todos os processos da meta possuem tarja.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS

- (4) INICIAIS;
 (6) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
 (2) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
 (4) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
 (3) IDOSO;
 (2) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
 (3) AÇÕES DE ALIMENTOS;
 (1) RÉU PRESO;
 (2) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
 (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
 (5) POR ORDEM CRONOLÓGICA
 (5) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
 (6) OUTRO (ARQUIVAMENTO)

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

| SISTEMAS | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA | X | |
| SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS | x | |
| BACENJUD | x | |
| CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA | x | |
| INFOJUD | x | |
| SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES | x | |
| CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS | x | |
| INFOSEG | x | |
| CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI | x | |
| CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO | | x |
| CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA | | x |
| INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA | | x |
| BNMP (Resolução 137 do CNJ) | x | |

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (x) Não

Justificar: não há nenhum tramitando.

Observações CJCI: Não há procedimentos desta natureza em trâmite nesta Unidade Judicial.

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012):

Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 131 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02/2016. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 faltaram 14 ações serem julgadas para a meta ser cumprida.

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: em dia, conforme as prioridades.

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013):

Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 02 ações incluídas na Meta 06. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 não havia ações incluídas na meta 06/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS



| |
|--|
| 10.3 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: 00 |
| 11. INDICADORES CRIMINAIS |
| 11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): Conforme dados extraídos do Portal das Metas, no link "lista de processos por unidade judiciária" há 131 ações cíveis e penais incluídas na Meta 02/2016. Ainda não foi disponibilizado no Portal das Metas, o resultado do cumprimento das metas para o ano de 2016, o último resultado informado foi o de dezembro de 2015, mas que não pode ser utilizado como parâmetro pelo fato de não incluir as metas do ano de 2016. No ano de 2015 faltou 14 ações serem julgadas para a meta ser cumprida. |
| 11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: não se aplica tendo em vista que não há estabelecimento prisional para cumprimento de pena na Comarca, não se fazendo acompanhamento da execução penal dos presos condenados. |
| 11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 33 |
| 11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (x) Sim () Não Justificar: Não há presos provisórios na Comarca, haja vista que são transferidos para o CRR-BREVES |
| 11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (x) Sim () Não |
| 11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (x) Sim () Não |
| 11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Sim |
| 11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 03 |
| 12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE |
| 12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 08 |
| 12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00 |
| 12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00 |
| 12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (x) Não |
| 12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 03 |
| 12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (x) Não Justificar: As execuções de medidas socioeducativa são acompanhadas pela Vara da Infância e Juventude da Comarca de Belém. |
| 12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não. |
| 12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado |
| 12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, Conselho Tutelar, CRAS e CREAS. |
| 13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL (Prejudicado. A Unidade não Possui Competência) |
| 13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim (x) Não |
| 13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (x) Não |
| 13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? |

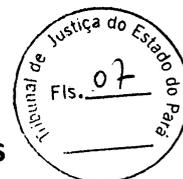


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS

| | | |
|---|--------------------|---------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não | | |
| 13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | | |
| Justificar: Conferencia nos autos e certificação nos autos se o beneficiário está cumprindo ou não a pena. | | |
| 13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não. Os presos são transferidos ao Centro de Recuperação Regional de Breves | | |
| 13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não. | | |
| 13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente (Delegacia). | | |
| 13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não. | | |
| 14. PRECATÓRIAS | | |
| 14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 57 | | |
| 14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 26 | | |
| 14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 49 | | |
| 14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | | |
| Justificar: Conferência nos autos e expedição de ato ordinatório/ofício via e-mail e recentemente via malote digital. | | |
| 15. INQUÉRITOS POLICIAIS | | |
| 15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00 | | |
| 15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 07 | | |
| 15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 05 | | |
| 16. PETIÇÕES | | |
| 16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00 | | |
| 16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00 | | |
| 16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 68 | | |
| 16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 01 | | |
| 16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00 | | |
| 16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 432 | | |
| 17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA | | |
| 17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 213 | | |
| 17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 53 | | |
| 17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00 | | |
| 17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 366 | | |
| 17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 336 | | |
| 17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: | | |
| NOME | QUANTIDADE | DATA MAIS ANTIGA |
| ARNALDO JOSÉ BORGES DE MENEZES | 168 | 08/05/2014 |
| OBS: Boa parte dos mandados (em torno de 70%), foram expedidos para cumprimento no interior, o que esbarra na ausência de posto legalizado para abastecimento da lancha via cartão petrocard. Ademais, há somente um oficial de justiça e <i>ad hoc</i> para fazê-lo. | | |
| 17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | | |
| Justificar: Através do Libra com ato ordinatório e notificação pessoal ao Oficial de Justiça. | | |
| 17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA (Relatório em anexo) | | |
| | QUANTIDADE: | CARGA MAIS ANTIGA: |
| 17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO | 56 | 21/10/2013 |
| 17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA | 00 | Prejudicado |
| 17.7.3 ADVOGADO | 08 | 14/04/2015 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS



| | | |
|--|-----------------|------------------------|
| 17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Através do Libra, com ato ordinatório e notificação. | | |
| 18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI) | | |
| 18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (x) Sim () Não | | |
| 18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (x) Não Justificar: não dispõe de sala apropriada, fica em um armário de aço no gabinete do juiz. | | |
| 18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (x) Sim () Não Justificar: termo de recebimento de bens/armas extraído do Libra. | | |
| 18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: | | |
| BEM | PROCESSO | NOME DAS PARTES |
| Relatório anexo tendo em vista a quantidade. | | |
| 18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (x) Sim () Não Justificar: Abril/2016. | | |
| 18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (x) Não Justificar: Mas há pasta de arquivo de armas e bens cadastrados no Libra. | | |
| 19. CUSTAS E DEPOSITOS JUDICIAIS | | |
| 19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (x) Sim () Não | | |
| 19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (x) Sim () Não | | |
| 19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? () Sim (x) Não | | |
| 19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (x) Sim () Não O servidor responsável é o Luís Freitas Fernandes | | |
| 19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (x) Sim () Não | | |
| 19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (x) Sim () Não | | |
| 20. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO: | | |
| A atividade jurisdicional é demasiadamente prejudicada pela falta de estrutura do Fórum, não só no que diz respeito a estrutura física, com salas inadequadas, mobiliários antigos, ambiente de trabalho insalubre, equipamentos de informática insuficientes, link de internet lento e inconsistente, mas também pelo número insuficientes de servidores do quadro e qualificados para as atividades de Secretaria e Gabinete. Inclusive a Comarca não dispõe de Oficial de Justiça do quadro, sendo servido por um servidor municipal cedido que foi nomeado <i>ad hoc</i> para a função, sem qualificação e prerrogativas que o cargo exige. | | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS

Também a ausência de Defensor Público na Comarca há mais de 02 (dois) anos, o que prejudica o andamento dos processos em tramitação e o atendimento da população carente que é em sua maioria.

Outra dificuldade é o acesso as comunidades rurais que só podem ser realizadas de barco e em sua maioria são distantes, sendo que a Comarca dispõe de uma voadeira e limitações na aquisição de combustível, o que vem prejudicando o deslocamento para cumprimento das diligências nesses locais, conforme Ofício nº 33/2016-SVU em anexo.

No que pese as dificuldades acima relatadas, este Magistrado e o corpo de servidores que atua na Comarca vem envidando todos os esforços para dar andamento aos processos, realizar com a máxima eficiência possível a atividade jurisdicional e cumprir as metas estabelecidas por esse Egrégio Tribunal de Justiça e o CNJ, colocando-se sempre a disposição para atender as demandas que lhe são conferidas.

2.1 CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA

1 - O prédio do Fórum se apresenta em péssimas condições, necessitando de reforma urgente ou construção do novo Fórum no terreno doado pela Prefeitura Municipal de Anajás. (item 2.4);

Providência: Oficiar às Secretarias de Administração e Planejamento, fim de que procedam estudo da viabilidade da construção de um Fórum novo no terreno doado pela prefeitura municipal, conforme documento em anexo.

2 - Quanto à segurança, possui como dispositivo apenas sistema de alarme, não havendo Policial Militar para guarnecer o Fórum, o que torna a segurança do prédio vulnerável (item 2.7). Não bastasse a má estrutura, também não preenche os requisitos de acessibilidade para deficientes físicos, visuais e idosos (item 2.8).

Providência: Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Setor de Engenharia para que seja verificada a possibilidade de efetuar as reformas e as adaptações necessárias no Fórum, bem como para que intervenha junto à Coordenadoria Militar, com o fito de disponibilizar serviço de segurança no Fórum, ou mesmo que avalie a possibilidade de contratação de serviço de segurança privada;

3 – Verificou-se que não há Defensor Público na Comarca desde o ano de 2013;

Providência: Oficiar à Defensoria Pública Geral, a fim de que analise a possibilidade de designar um Defensor Público para a Comarca, uma vez que a titular responde em Oeiras do Pará;

4 - O quadro de servidores não se mostra satisfatório, considerando que 04 (quatro) dos 08 (oito) servidores são cedidos da Prefeitura Municipal. Há necessidade de capacitação e qualificação de todos os servidores com atuação na comarca, notadamente no acesso e manuseio do sistema processual, objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial (item 7.5), bem como de substituição dos servidores cedidos por efetivos que componham o quadro do TJE/PA.

Providência: Oficiar à Presidência solicitando que, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, seja realizado curso, sob a modalidade “à distância”, de atualização no novo CPC, gestão de secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial. Solicite-se também a avaliação acerca da convocação de servidores



aprovados no último concurso ofertado.

5 - A frota de veículos disponível não atende satisfatoriamente às necessidades da Comarca, pois a mesma dispõe de embarcação sem cobertura, expondo às condições climáticas os passageiros, para cumprimento de diligências na região ribeirinha. Entretanto, a Comarca não dispõe de posto de combustível legalizado e que operacionalize o "petrocard", prejudicando, portanto, o seu abastecimento e, conseqüentemente, o cumprimento das diligências (Item 6.1.1).

Providência: Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração, a fim de que seja avaliada a possibilidade de suprimento em espécie, para o abastecimento da embarcação e que esta seja substituída por uma que ofereça melhores condições aos seus usuários.

6 - Há 47 processos pendentes de baixa/arquivamento;

Providência: Oficiar à Comarca, reiterando a orientação feita durante os trabalhos correicionais, no sentido de que seja priorizado o arquivamento dos feitos, para que não reflita falsamente o acervo processual da unidade;

7 - A demanda processual da Comarca necessita de eficaz acesso aos sistemas de informação. As constantes falhas ou a precariedade no acesso à internet prejudicam a celeridade e eficiência das atividades dos servidores e magistrados (item 6.2.1).

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática para que seja avaliada a possibilidade de saneamento do problema acima identificado.

8 - Foi identificado o não cumprimento da Meta 01/CNJ, em relação aos anos de 2013, 2014 e 2015 (Item 9.2)

Providência: Oficiar ao magistrado titular da Comarca, a fim de que envide os esforços necessários no sentido de que cumpra, na medida do possível, em relação ao ano de 2016.

9 - A identificação dos processos é prejudicada pela localização delas, pois são afixadas no rosto da capa e não na lateral, de forma que quando estão empilhados não é possível identificá-los (item 9.3), além do que nem todos os processos da meta possuem tarja distintiva;

Providência: Oficiar à Comarca, reiterando a orientação feita durante os trabalhos correicionais, no sentido de que seja feita a correta identificação dos feitos prioritários e das metas do CNJ;

10 - Foi identificado que não há local adequado para o armazenamento de armas e demais bens apreendidos, sendo que são acondicionados em um armário com chaves, no Gabinete do Juiz, para guarda das armas, e uma sala utilizada como Depósito/Arquivo, para a dos demais objetos. (item 18.2).

Providência: Oficiar à Presidência e Secretaria de Administração, a fim de que seja avaliada a possibilidade de instalação de um arquivo geral da Comarca, com a segurança necessária para fins de acondicionamento de armas e bens apreendidos.

11 - Constatou-se a existência de armas pendentes de recolhimento pela comissão de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANAJÁS

segurança, tendo sido o último pedido em abril/2016

Providência: Oficiar à Comissão, a fim de que seja providenciado o recolhimento das referidas armas;

12 – Verificou-se a não utilização de despachos-mandados na referida Unidade, notadamente em virtude de o endereço de todas as partes não serem previamente cadastrados no sistema;

Providência: Reiterar ao magistrado presidente da unidade que observe o Provimento nº 04/2009, a fim de viabilizar a efetividade da prestação jurisdicional, por se tratar de ferramenta que promove a economia de atos da secretaria, que já se encontra assoberbada, notadamente pela carência de servidores;

13 – Observou-se que a água na comarca não é adequada para o consumo;

Providência: Oficiar à Presidência e à Secretaria de Administração, solicitando que avaliem a possibilidade de aquisição de filtros pelo TJE, a fim de que sejam encaminhados à Comarca.

14 - Há uma inconsistência do LIBRA, pois no relatório de processos com vista ao Ministério Público, inclui 05 processos que estão com carga à Procuradores do IBAMA em Macapá/AP, desde 26/08/2009 (Item 17.7.1);

15 - Há uma inconsistência do LIBRA, que não possui a opção de tramitação externa ao advogado, porém um destino – 19607 (“Ao advogado”) dentro da tramitação “Vista Defensor - 10929”, o que pode induzir a erro no sentido de que se interprete como vista à Defensoria Pública, conforme título do relatório em anexo (Item 17.7.3)

Anexo: Processos analisados por amostragem.

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJI

ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO
Assessor Jurídico